

Editorial

Boletim Estatísticas Públicas • n. 4 • Salvador, novembro 2008

“A produção cria sua própria demanda”. Em que pesem as crises macroeconômicas maiores e menores do capitalismo, ocorridas de tempos em tempos, essa assertiva – a conhecida Lei de Say – continua orientando sistematicamente as decisões microeconômicas dos agentes de mercado e de governo, em especial daqueles envolvidos com a produção e disseminação de informação e conhecimento. Dados, informações, conhecimento, tecnologia, notícias, boatos, entretenimento gerando mais dados, informação seriam, afinal, os produtos de consumo inesgotável na era da Sociedade do Conhecimento.

Seria, portanto, a crise atual uma crise de superprodução de informações? Sim e não. Sim, se considerarmos que muitos dos produtos criados pelo mercado financeiro nos últimos vinte anos são pacotes, ou melhor, caixas-pretas virtuais embaladas com papel brilhoso e criadas com muita técnica, conhecimento e informação na sua produção e veiculação. Não, se reconhecermos que boa parte do lastro informacional desses embrulhos intangíveis era de qualidade duvidosa e intencionalmente parcial, caixas vazias cobertas por fina embalagem de cetim.

De uma forma ou de outra, mais uma vez os mercados, governos e a sociedade são chamados à razão e obrigados a assumir as conseqüências pela “exuberância irracional” de suas decisões, fundamentadas em informações sobre tendências passadas e recentes e expectativas sobre o futuro que se revelam agora para muitos – mas que já se mostravam muito antes para vários outros – como não suficientemente completas e consistentes para orientar o desenvolvimento econômico e social nesse estágio histórico do capitalismo global.

Talvez pareça ingenuidade ou pretensão imaginar que, se os agentes econômicos e, sobretudo, o governo americano tivessem entendido os sinais antecedentes de fragilização da capacidade de consumo e renda do cidadão médio nos Estados Unidos, a partir do vastíssimo conjunto de estatísticas econômicas e sociais lá produzidas regularmente, a crise poderia ser evitada ou, pelo menos, ter suas conseqüências minimizadas. A sofisticação do sistema de estatísticas econômicas nos EUA é tanta que, além de índices de produtividade setorial, de índices de preços ao produtor e de custo do trabalho por setor de atividade econômica, os americanos dispõem de indicadores de anúncios de vagas oferecidas – além das contratações e demissões recentes – que permitem antecipar tendências microeconômicas que poderão ter impactos macroeconômicos mais expressivos. O Conference Bureau compila regularmente mais de 20 indicadores diferentes – do índice de expectativas do consumidor até o índice de encomendas da indústria – que permitem auscultar – isso mesmo, auscultar – a economia americana nos diversos subsectores de produção industrial e esferas de transação comercial e de consumo final.

Essa rápida digressão – ainda que pouco profunda, vale reconhecer – tem o mérito de levantar aspectos importantes para, mais uma vez, reiterar o papel das instituições públicas produtoras de informação estatística no mundo contemporâneo, seja para orientar decisões mais consistentes de governos e empresas, seja para possibilitar que o cidadão acompanhe a evolução real dos “fundamentos” da economia e da mudança social.

O BEP, em seu quarto ano de existência, procura contribuir nesse sentido, ao publicar artigos, comunicações de pesquisas, programação de eventos, relatos de experiências e de memórias institucionais no campo específico e próximo das Estatísticas Públicas. Este número traz, em particular, contribuições muito oportunas e caras ao aprimoramento do Sistema Estatístico no seu compromisso de subsidiar ao Ciclo das Políticas Públicas no Brasil, como revelam o ensaio de José Ribeiro Guimarães acerca dos impactos do Programa Bolsa-Família na Bahia, a reflexão de Nelson Senra sobre o percurso histórico de nosso modelo de organi-

Editorial

Boletim Estatísticas Públicas • n. 4 • Salvador, novembro 2008

zação e coordenação estatística, a apresentação didática de Adelar Fochezatto a respeito dos conceitos dos Modelos Insumo-Produto e suas aplicações na análise econômica regional, o estudo comparativo de Maria de Lourdes Jardim sobre as metodologias de projeção e estimativas demográficas e a discussão de Sonia Nahas de Carvalho e equipe acerca da importância de levantamentos primários sobre estrutura de gestão municipal de programas públicos – em particular de Qualificação Profissional. O BEP traz ainda o balanço dos cursos de curta duração patrocinados pela Anipes em 2008, elaborado por Priscila Freitas, a comunicação de projeto em desenvolvimento dos aplicativos Pradin 3.0 e Monit 1.0, por Paulo Jannuzzi e Wilmer Miranda, a nota de lançamento do livro comemorativo dos 25 anos do Seade, por Maria Cecília Comegno, o registro de publicações recentes de livros e revistas com artigos na área, além de notas de eventos realizados e a se realizarem.

Finalizando com uma referência à provocativa assertiva com que iniciamos esse editorial, é bem verdade que o re-estabelecimento da verdade keynesiana “A demanda determina o nível de produção” – e a retomada da gestão responsável da política econômica que tal assertiva preconiza – requerem muito mais do que a disponibilidade das Estatísticas Públicas. Produzi-las de forma regular, seguindo as boas práticas metodológicas e detalhando-as cada vez mais do ponto de vista temático e territorial pode, contudo, potencializar as chances de que as decisões e escolhas públicas sejam tecnicamente mais bem orientadas e politicamente mais bem justificadas.

Divulgar essas estatísticas, as metodologias, os avanços alcançados na área, é para isso que o BEP vem sendo publicado.